

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO ATRAVÉS DE AÇÕES DE DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO

Miguel Malheiro¹

miguel_malheiro@sapo.pt

ÁREA: MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO

Resumo

A conservação do património construído por vezes é implementada através de intervenções de demolição e construção que provocam mudanças, adaptações ou remoções de elementos do imóvel em que se intervém, podendo provocar danos no seu valor patrimonial e cultural, como alertam as cartas e convenções internacionais. No entanto, existem várias situações em que a necessidade de atuar através da demolição e construção se revela como a mais plausível, sendo necessário refletir sobre o seu real impacto nos valores do imóvel. O artigo aborda este tema através da apresentação de dois casos de estudo em que houve a necessidade de implementar este tipo de ações na conservação do património, nas Igrejas Paroquiais de Gilmonde e Ataíde, enfatizando-se os temas referentes ao contexto, às proporções, formas, dimensões e escalas existentes e a introduzir, assim como aos materiais e técnicas de construção tradicionais, avaliando eventuais perturbações ou alterações aos seus valores tangíveis e intangíveis.

Palavras-chave: Intervenção no Património Arquitetónico

Conservação

Reversibilidade

¹Professor Doutor Miguel Malheiro, Universidade Lusíada Norte – Porto, Portugal, Faculdade de Arquitetura e Artes. Investigador do CITAD – Investigation Center in Territory, Architecture and Design. *O autor Miguel Malheiro agradece o financiamento pelos Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projecto UID/AUR/04026/2013.*

CONSERVACIÓN DEL PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO A TRAVÉS DE ACCIONES DE DEMOLICIÓN Y CONSTRUCCIÓN.

Miguel Malheiro²

miguel_malheiro@sapo.pt

AREA: MANUTENCIÓN Y RESTAURACIÓ

Resumen

La conservación del patrimonio construido por veces es implementada a través de intervenciones de demolición y construcción que provocan cambios, adaptaciones o remociones de elementos del inmóvil en que se interviene, pudiendo provocar daños en su valor patrimonial y cultural, como alertan las cartas y convenciones internacionales. Sin embargo, existen varias situaciones en que la necesidad de actuar a través de la demolición y construcción se revela como de más plausível, siendo necesario reflejar sobre su real impacto en los valores del inmóvil. El artículo aborda este tema a través de la presentación de dos casos de estudio en que hubo la necesidad de implementar este tipo de acciones en la conservación del patrimonio, en las Iglesias Paroquiais de Gilmonde y Ataíde, enfatizándose los temas referentes al contexto, a las proporciones, formas, dimensiones y escalas existentes y a introducir, así como a los materiales y técnicas de construcción tradicionales, evaluando eventuales perturbaciones o alteraciones a sus valores tangibles e intangibles.

Palabras clave: Intervención en el Património Arquitectónico
Conservación
Reversibilidad

²Professor Doutor Miguel Malheiro, Universidade Lusíada Norte – Porto, Portugal, Faculdade de Arquitetura e Artes. Investigador do CITAD – Investigation Center in Territory, Architecture and Design. O autor Miguel Malheiro agradece o financiamento pelos Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projecto UID/AUR/04026/2013.

Introdução

A conservação e valorização do Patrimônio é, na sua essência, a salvaguarda do suporte físico das memórias de vivências que com eles nos associamos intrinsecamente. Assim, eles são objetos construídos significativos e emblemáticos do ser humano e da arquitetura, mas sobretudo das relações que o ser humano com os objetos arquitetônicos estabeleceu, estabelece e estabelecerá no futuro. Cabe-nos assegurar a perduração destes vínculos passados, presentes e futuros, não só ao nível da arquitetura erudita, mas acima de tudo, da arquitetura derivada da erudita, secundária, mais sujeita a alterações e modificações que poderão pôr em causa o seu carácter de documento histórico, arquitetónico e de significado, para todos os que com ela convivem. Daí, que qualquer tipo de intervenção deve assegurar a manutenção da autenticidade e integridade do objeto arquitetónico. No entanto, esta autenticidade do monumento deve ter em conta que os objetos arquitetónicos não são fruto de um ato inicial único, mas sim de um processo evolutivo onde se dão vários acrescentos, várias modificações, que em conjunto contribuem para os valores acima mencionados, ou os põem em causa. É sobre esta perspectiva que nas intervenções nos monumentos pode haver lugar a ações de demolição e construção, se estas não puserem em causa os referidos valores, mas contribuir para a sua salvaguarda, unificando a comunidade com os seus monumentos. Estas ações são sempre difíceis de aceitar, e acima de tudo determinar, dado o risco que se corre de pôr em causa os valores associados, através de remoções de partes significativas ou acrescentos inúteis, mas essencialmente porque nos movemos no campo cultural e não apenas técnico. A interdisciplinaridade e uma intransigente capacidade crítica são aspetos cruciais para tomar decisões sólidas, fundamentadas e esclarecidas, que contribuam efetivamente para a conservação, salvaguarda e valorização do Patrimônio. Através deste ponto de vista, é particularmente importante a partilha de conhecimento de intervenções realizadas no Patrimônio arquitetónico, não com o intuito de criar hipotéticas teorias universais de intervenção, mas antes, debater processos, critérios e meios de intervenção associados a objetivos concretos para objetos específicos, enquanto intercâmbio de ideias e troca de conhecimentos, elementos cruciais para o desenvolvimento destas áreas científicas e do campo da intervenção no Patrimônio em particular. É neste sentido que se elaborou este artigo para dar a conhecer as operações de conservação que se levaram a cabo na Igreja de São Pedro de Ataíde, Amarante (1), e na Igreja Paroquial de Gilmonde, Barcelos (2), em Portugal, através de ações de demolição e construção, levadas a cabo por equipas multidisciplinares, focadas mais nos objetos a intervir do que como neles intervir.

1. Do método aos critérios de intervenção

O Patrimônio Cultural faz parte do “conjunto de sinais materiais – tanto artísticos como simbólicos – transmitidos pelo passado a cada cultura e, portanto, a toda a humanidade. Como parte constituinte da afirmação e do enriquecimento das identidades culturais, como legado que pertence a toda a humanidade, o patrimônio cultural confere a cada lugar específico as suas características reconhecíveis e é o repositório da experiência humana” (3). A perda, por degradação ou desaparecimento, de qualquer desses bens constitui um empobrecimento do Patrimônio de todos os povos do mundo. As suas qualidades associadas a certos bens patrimoniais merecem que estes sejam especialmente protegidos contra os perigos que os ameaçam e se garanta a sua adequada identificação, proteção, conservação e valorização.



Facto é, que com o devir histórico, os objetos construídos sofrem alterações decorrentes da sua utilização, constituindo-se assim, testemunhos vivos de acontecimentos passados e do desenrolar da evolução social, ou seja, transportam consigo os valores patrimoniais das comunidades que com eles estabelecem relações. As alterações a que foi sujeito ou as partes acrescentadas ao longo do tempo, devem ser tidas em conta como marcas vivenciais e ser objeto de conservação integrada, mesmo quando se sobrepõem a uma estrutura de uma época ou estilos diferentes. À originalidade do monumento, a anciã Carta de Veneza de 1964, emite um mandato expresso ao afirmar que a “humanidade aspira a transmitir o património monumental comum com toda a riqueza da sua autenticidade” (4). A autenticidade assume aqui uma oposição ao falso, procurando a preservação dos “materiais originais”, a transmissão da matéria e forma originais. Esta questão é de novo aflorada no Documento de Nara de 1994, reconhecendo-se a necessidade de avaliar através do “conhecimento, compreensão e interpretação das fontes de informações, relativamente às características originais e subsequentes do património” (5), voltando-se a questionar uma hipotética “originalidade temporal”, podendo-se, ao ampliar o conceito de “original” à matéria e formas por nós herdadas, correr o risco de perpetuar adulterações ou alterações sem valor, impedindo-nos a possibilidade de o adaptar a novas funções ou significações, negando à nossa geração os direitos que concedemos às anteriores.

Tendo como referência estes conceitos basilares, a formação da ideia de salvaguardar o Bem Patrimonial deve ser sustentada pelas emoções empíricas alojadas no subconsciente do homem que o motivam para a salvaguarda desse Bem enquanto objeto significativo e significativo da sociedade contemporânea e que nos motiva a salvaguardá-lo para as sociedades futuras. Neste sentido, temos por referência que o objeto construído adquire o estatuto de monumento quando “compreende a criação arquitetónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (6). A identificação clara dos valores associados ao objeto arquitetónico a salvaguardar, quer eles sejam tangíveis como intangíveis a ele arraigados, sustentam a encomenda e corporizam o alicerce fundamental para informar o desenvolvimento do projeto arquitetónico e a posterior execução física da obra na perspetiva da conservação e salvaguarda do Património.

Estes são os objetivos que devem nortear o ato de intervir no Bem Patrimonial, em conjunto com os raciocínios sobre a sua autenticidade e integridade, mas por si só, eles não justificam qualquer tipo de ação de demolição ou nova construção que impliquem modificações no Património Arquitetónico que se pretende salvaguardar. Eles estabelecem critérios fundamentais para definir uma metodologia, que por sua vez, permite definir critérios de intervenção onde podem surgir ações que contemplem a nova construção ou a demolição de partes do monumento sem valor. A metodologia deve conter quatro etapas essenciais, tal como define Antoni Gonzalez Moreno-Navarro na sua “*restauración objectiva*” (7), que aqui se adaptaram às realidades concretas das Igrejas de Ataíde e de Gilmonde, etapas essas que se passam a enumerar de forma sucinta: **Conhecimento** do objeto em que se vai intervir, entendido como o conjunto de ações que conduzem ao saber e compreender a complexa natureza do edifício e da sua envolvente, assim como as diversas circunstâncias que o enquadram no momento em que se programa o ato de intervir; **Reflexão** pela qual, a partir da análise são definidos os objetivos, a sua essência, as propostas gerais e os critérios de intervenção, sempre em função dos desígnios que norteiam o ato de intervir; **Intervenção**, definida como o ato de intervir sobre a materialidade do objeto patrimonial, quer sobre os materiais e os sistemas construtivos, quer sobre os bens móveis inerentes à sua construção, como meio de garantir e melhorar o seu estado de conservação, uso ou

significado coletivo, bem como o seu equipamento, a sua sistematização museológica ou a melhoria da sua inserção no território; **Conservação Preventiva** corresponde a uma última fase onde se inclui a manutenção posterior do objeto, atuando diretamente ou indiretamente sobre ele, favorecendo o seu conhecimento e estima, contributo primacial para a sua salvaguarda.

Estes princípios metodológicos enunciados assentam no conhecimento e respeito pelas Cartas e Convenções para a Conservação e Salvaguarda do Património, bem como na legislação do Estado Português que define como tarefa fundamental “Proteger e valorizar o património cultural como instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objeto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais” (8).

2. A constituição dos critérios de intervenção nas Igrejas de Ataíde e Gilmonde

Tomando como ponto de partida os critérios e metodologia exposta para as intervenções de Conservação, Salvaguarda, Valorização e Ampliação das Igrejas de Gilmonde e Ataíde, faz-se agora uma reflexão sobre o recurso às ações de demolição e construção que se levaram a cabo nestes dois imóveis. A encomenda dos projetos esteve a cargo das respetivas comissões de fábrica da igreja, sendo o objetivo primeiro a conservação, salvaguarda e valorização do Bem Patrimonial constituído, assegurando a sua função e consequente manutenção do edificado enquanto espaço de culto ao serviço das respetivas paróquias, bem como integrar a possibilidade de visitas num *touring* cultural dos municípios em que se inserem, como fator dinâmico numa estratégia de desenvolvimento local e regional, criando condições potenciadoras para a cativação de visitantes, mas também potenciar novos despertares e consequente envolvimento da comunidade local no conhecimento e estima dos seus Bens Patrimoniais.

2.1. Do conhecimento à reflexão

Com base nas necessidades das paróquias, as comissões fabriqueiras elaboraram a encomenda, que de acordo com a metodologia enunciada, foi feita uma primeira abordagem aos Bens Patrimoniais, a partir da qual foram definidos os objetivos, a sua essência, as propostas gerais e os critérios de atuação, que deveriam orientar a elaboração do projeto. Esta informação deu corpo à primeira etapa, anteriormente denominada por **conhecimento**.

2.1.1. Igreja de São Pedro de Ataíde

A igreja de São Pedro de Ataíde é um edifício com uma presença importante no núcleo urbano do lugar de Ataíde, inserido na freguesia de Vila Meã. Encontra-se implantada num adro sobrelevado em relação ao casario envolvente, destacando-se na paisagem, em especial a sua torre sineira. É uma construção do século XVIII, com características construtivas e decorativas próprias da época, onde se misturam as linhas simples do exterior, antecipando o neoclássico monótono e depurado, mas onde, paradoxalmente, se tenta prolongar o Barroco, com as linhas quebradas e ondulantes do portal principal (fig. 3), mas acima de tudo nos retábulos interiores e nos caixotões dos tetos da nave e capela-mor. O espaço desenvolve-se num traçado longitudinal composto pela nave e capela-mor, a que se encontra adossada a torre sineira do lado direito da nave, e a sacristia do lado esquerdo da capela-mor (fig. 1). Na fase de encomenda, a equipa projetista foi informada do surgimento de vários elementos de um retábulo, que se encontravam dispersos pelas dependências da Igreja, tendo-se dado início ao seu restauro. Esta intervenção veio a revelar um retábulo maneirista

de grande qualidade artística, que poderia ter pertencido a uma capela do século XVIII que existia na proximidade da igreja, apelidada de Capela do Pinheiro, entretanto demolida, conforme informação prestada pela equipa responsável pelo restauro, Dalmática. Devido à sua dimensão, ele foi parcialmente montado na atual sacristia, com o intuito de ser observado por visitantes em condições favoráveis à sua contemplação. No entanto, no espaço existente, não foi possível fazer a montagem integral de todos os elementos, sendo necessário um novo espaço para os expor condignamente, sem pôr em causa a integridade do Bem Patrimonial. Paralelamente, procedeu-se nesta fase ao levantamento do imóvel e ao estudo das estruturas e infraestruturas que o compunham, assim como do seu património integrado, dissonâncias e organização espacial.

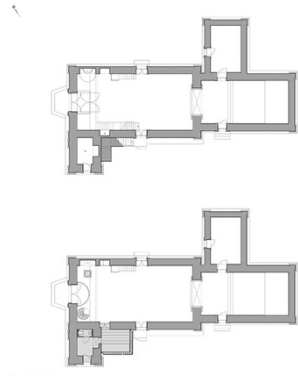


Fig. 1: Planta do piso 0 da Igreja de Ataíde. Levantamento, em cima, e projeto, em baixo. Imagem do autor.

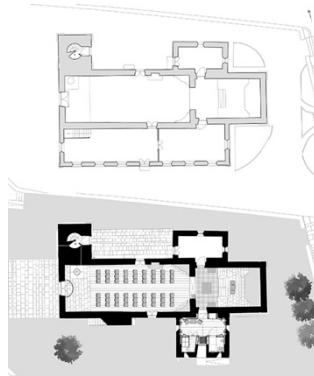


Fig. 2: Planta piso 0 da Igreja de Gilmonde. Levantamento, em cima, e projeto, em baixo. Imagem do autor.



Fig. 3: Alçado principal da Igreja de Ataíde. Imagem do autor.



Fig. 4: Alçado principal da Igreja de Gilmonde, antes das obras. Imagem do autor.



Fig. 5: Alçado lateral direito da Igreja de Gilmonde, com vista da construção adossada à nave. Imagem do autor.



Fig. 6: Alçado lateral direito da Igreja de Ataíde, com a escada de acesso à torre sineira, recente. Imagem do autor.

2.1.2. Igreja Paroquial de Gilmonde

A igreja de Gilmonde implanta-se num adro no centro da aldeia de Gilmonde, destacando-se na paisagem a sua altaneira torre sineira (fig. 4). É uma construção constituída por linhas simples que se prolonga pelo interior, onde os retábulos colaterais ainda contêm alguma da exuberância próprias do século XVII. Aponta-se a data de construção do corpo da

igreja para o século XVII, tendo existido uma reforma e a construção da torre sineira no século XVIII, desproporcionalmente alta em relação ao corpo da igreja. A igreja é composta por nave e capela-mor, de menores dimensões, com uma sala da confraria adossada à capela-mor, e a torre sineira, também localizada do lado esquerdo, mas adossada à nave, alinha pelo plano frontal da igreja (fig. 2). Do lado contrário, existe uma construção adossada a todo o comprimento da nave, de construção do século XX, que terá tido a função de salão paroquial e sacristia, estando parcialmente devoluta, tendo sido construída sobre a sacristia primitiva, que foi demolida (fig. 5). Várias outras intervenções ocorreram durante o decorrer do século XX, que lhe alteraram a fisionomia inicial, como o revestimento azulejar interior e exterior, e o revestimento do adro com a utilização de peças sobrantes de corte de mármore. Para além disso, a inexistência de operações de manutenção constantes, levou a que grande parte dos seus elementos constituintes, em especial os elementos de madeira e revestimentos exteriores, apresentassem um mau estado de conservação geral. Foi realizado um levantamento cartográfico do imóvel dada a inexistência de elementos desenhados que o caracterizassem. Procederam-se a estudos e inspeções aos elementos de madeira, às infraestruturas elétricas, águas, intrusão e iluminação, em conjunto com a disciplina de engenharia, para o entendimento do sistema construtivo e a identificação de patologias associadas. Foram ainda estudadas e identificadas questões associadas ao edificado estrutural, aos materiais e técnicas de execução de acabamentos, às dissonâncias e organização espacial, bem como ao património integrado, nomeadamente quanto ao seu estado de conservação. Relativamente à identificação arqueológica do sítio, foi recolhida informação disponível, reservando-se para o decurso da obra o acompanhamento arqueológico

2.2. Da reflexão ao projeto

Seguiu-se a fase de **reflexão**, a partir da informação recolhida sobre os dois imóveis para o conhecimento dos dois conjuntos edificados. Procedeu-se à análise da mesma e estruturaram-se os objetivos orientadores dos projetos a serem desenvolvidos, nomeadamente quanto às propostas gerais e aos critérios e ações a implementar, sempre em função dos desígnios que norteiam o ato de intervir.

A fase de conhecimento do Bem Patrimonial é crucial para que na fase de reflexão se definam as soluções adequadas a desenvolver no projeto. Foi a metodologia apontada anteriormente, que determinou a execução de **ações** de demolição e construção de novos elementos nas igrejas que aqui são alvo de reflexão, tal como se explica a seguir.

2.2.1. Igreja de São Pedro de Ataíde

A reflexão realizada sobre os estudos que constituíram o conhecimento da Igreja de Ataíde, e que por sua vez informaram o projeto, permitiu definir como objetivo a necessidade de implementar ações que repusessem a espacialidade da igreja, através da demolição de elementos dissonantes, e que a introdução de novos elementos fosse coerente e contribuísse para essa legibilidade do espaço, tanto ao nível da relação tipológica como dos materiais e sistemas construtivos que lhes iriam dar corpo. Assim, constatou-se que seria necessário corrigir alguns elementos que no decorrer de obras de manutenção colidiam espacialmente com o espaço longitudinal da igreja ou que, construtivamente, eram incompatíveis com os sistemas construtivos existentes. Eles eram o acesso ao coro, com uma escada direta a partir da nave que devassava este espaço e colidia com a porta lateral da nave, o novo guarda-vento em vidro, dissonante ao nível construtivo, aspeto e textura com o bem imóvel, a pia batismal, de conceção recente, seccionada a meio, a iluminação, dado o mau estado de conservação da infraestrutura e a disparidade de temperatura de cor das várias luminárias,

bem como os vãos das janelas, com os vidros incoerentemente inseridos nas grades das janelas. Relativamente ao novo retábulo, a equipa projetista em conjunto com a equipa de restauro e o autor da encomenda, concluíram que o restauro deste novo elemento, que ocupa a totalidade da parede fundeira da sacristia, foi uma mais-valia cultural para o Bem Patrimonial, e que a sua inserção naquele espaço não deveria ser perturbada com a colocação de outros elementos, para uma contemplação clara e concisa deste valioso bem móvel. Esta reflexão, permitiu definir como objetivo de projeto a construção de um novo espaço para albergar os elementos restaurados, e o arcaz, que a reconstrução do retábulo restaurado ditou a sua exclusão do espaço da sacristia. Paralelamente, este novo espaço também deveria servir para o pároco se preparar para os atos litúrgicos, devendo conter um sanitário de apoio, até agora inexistente no imóvel.

Assim, o **projeto** contemplou a criação de uma nova escada de acesso ao coro, sob este, helicoidal, em madeira, em contraponto à nova pia batismal em mármore afagado, inserida do lado oposto, tendo como eixo o novo guarda-vento em tecido de burel, que pretendeu servir adequadamente a função, sem impedimentos forçados à circulação. Foi também construída uma nova rede elétrica e uniformizadas as luminárias e temperatura de cor da luz artificial no interior e exterior da igreja. Foram desenhadas novas caixilharias para introdução nos vãos das janelas da igreja, independentes das grades, em madeira.

Quanto à nova construção, ela foi inserida no encontro da nave com a torre sineira, num local pouco intrusivo, através da remoção da escadaria de acesso à torre, executada também recentemente (fig. 6), já que o acesso original seria através do interior da torre. Com esta inserção o acesso à torre faz-se através do coro, situação já existente. A nova construção é realizada em madeira pintada, por forma a respeitar o valor cultural e carácter tradicional da construção do Bem Imóvel, com desenho contemporâneo, procurando uma coerência de expressão, aspeto, textura e forma compatível com a edificação existente, com a estabilidade necessária para albergar os elementos referidos de forma condigna, mas com a leveza necessária para uma harmoniosa compatibilidade e uma eventual futura reversibilidade, caso se justifique (fig. 7).



Fig. 7: Alçado lateral direito da Igreja de Ataíde, com a simulação tridimensional da nova construção. Imagem do autor.



Fig. 8: Alçado lateral direito da Igreja de Gilmonde, com a simulação tridimensional da demolição da construção adossada e novo edifício da sacristia. Imagem do Autor.

2.2.2. Igreja Paroquial de Gilmonde

A metodologia utilizada para a Igreja de Gilmonde pautou-se pelos mesmos moldes que foram seguidos no imóvel anterior, com a **reflexão** a ser realizada sobre o conhecimento obtido através dos estudos realizados, para informar o projeto. Este, teve como objetivo a



execução de uma intervenção geral que procurasse salvaguardar este importante imóvel, conservá-lo e valorizá-lo, dando assim continuidade à sua fruição por visitantes, nos mesmo moldes realizados até aqui, mas acima de tudo que se constituísse como fator de coesão e esteio social da comunidade que com ele convive diariamente. Relativamente às coberturas, verificou-se a necessidade de substituir os elementos cerâmicos de revestimento, os rufos e as ripas do telhado, dado o seu mau estado de conservação. Quanto à estrutura principal dos telhados, verificou-se que apenas seria necessário reforçar as ligações, dado que a inspeção estrutural revelou que as madeiras estavam em bom estado de conservação. Verificou-se ainda um ataque biótico generalizado de todas as madeiras existentes no imóvel, havendo a necessidade de uma desinfestação geral. Também foi observada a inexistência de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, bem como um acesso através de escadas com ligação direta ao arruamento, situação que deveria ser invertida para segurança dos utentes do espaço do adro. Na igreja, o revestimento das fachadas em painéis azulejares industriais de meados do século XX, continha várias fissuras e destacamento da camada vidrada de proteção. No interior, os revestimentos das paredes eram constituídos na sua generalidade por rebocos tradicionais, com vários destacamentos de pintura e rebocos, sendo urgente a sua substituição por novos rebocos tradicionais. Também existiam faixas azulejares em alguns dos paramentos verticais, de idade e motivos semelhantes aos das fachadas exteriores, igualmente em mau estado de conservação. Relativamente aos tetos da igreja, estes apresentam vários sinais de desgaste e ataque de insetos xilófagos, sendo necessário proceder à sua desinfestação e conservação geral. O pavimento, constituído por soalho de madeira na nave, mosaico hidráulico na capela-mor e betonilha colorida nas dependências laterais, estava em bom estado de conservação, com exceção do soalho de madeira, fortemente atacado por insetos xilófagos que contribuíram para a sua fragilidade e avançado mau estado de conservação, com necessidade clara de substituição. As caixilharias também estavam em mau estado de conservação, com necessidade de substituição ou conservação geral, tal como a instalação elétrica. Quanto ao património integrado e móvel, também foi verificada a necessidade de desinfestação biótica, assim como operações de restauro e consolidação das estruturas dos retábulos e tetos da igreja. A nova construção adossada do lado direito da nave, foi o último elemento a ser adicionado ao conjunto construído que forma o Bem Patrimonial, contendo uma função que deixou de ser relevante para o imóvel, como se pôde observar pelo seu estado de abandono, com exceção da sacristia, perturbando a legibilidade da igreja enquanto construção do século XVIII, pelo que a sua remoção se afigurou a mais consensual para a valorização e reposição da expressão plástica original do imóvel.

O **projeto** para a igreja de Gilmonde decorreu naturalmente do conhecimento obtido e reflexão realizada, pelo que o seu objetivo foi responder aos problemas detetados, especialmente com a reposição dos elementos que se apresentavam em mau estado de conservação e a manutenção de todos os elementos que pudessem ser salvaguardados. As técnicas tradicionais de construção são utilizadas sempre que possível, para uma maior compatibilidade entre materiais, texturas e cor. Desta forma, o projeto previu a conservação geral da sua estrutura, com a substituição de elementos degradados por outros idênticos aos existentes, como os elementos cerâmicos e madeiramentos da cobertura, assim como elementos de madeira dos tetos. No exterior e no interior, será removido o revestimento azulejar de toda a igreja, para ser rebocada e caiada, mantendo os elementos em granito aparente. O soalho da nave será rebaixado para permitir um acesso franco ao exterior. Também se prevê a substituição do pavimento do adro por tijolo maciço artesanal, com a substituição dos canteiros por caldeiras e plantação de árvores. Será também realizada uma rampa, na entrada lateral norte, para acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

Relativamente às escadas existentes a nascente do adro, estas serão desmontadas, rodadas e aplicadas paralelamente ao muro, criando-se um passeio em lajeado de granito para proteção dos utentes da igreja em relação ao arruamento aí existente. O projeto prevê ainda a construção de um novo volume que albergará a função de sacristia (fig. 8), com um sanitário capaz de dar resposta a pessoas com mobilidade reduzida e uma pequena sala que albergará um arcaz para armazenamento de alfaias e vestimentas litúrgicas. Esta nova construção será realizada com a alvenaria de pedra oriunda da demolição da construção existente, com um desenho que aspira, através da abstração, a uma imagem intemporal.

Conclusão

As ações de demolição e construção na conservação e salvaguarda do Património, são operações de grande sensibilidade, necessitando de uma cuidadosa avaliação na sua implementação. São os valores de autenticidade e integridade que poderão ser postos em causa, o conceito de “original”. Só uma metodologia que permita traçar objetivos rigorosos contribui para que adulterações ou alterações ao Bem Patrimonial, ou a eventual necessidade de introduzir novas funções ou significações, sejam suficientemente ponderados, para que o Património possa ser conservado através de ações deste tipo, aparentemente contraditórias com a noção de conservação e salvaguarda, mas que na realidade podem dar um contributo significativo para a sua concretização.

Bibliografia

- (1) MALHEIRO, Miguel (coordenação, arquitetura), COSTA, Aníbal, (inspeção e diagnóstico estrutural, estabilidade, águas e esgotos), MARTINS, Alexandre (eletricidade, telecomunicações e intrusão), **Projeto para a Conservação Salvaguarda, Valorização e Ampliação da Igreja de São Pedro de Ataíde**, Portugal, Porto, Amarante, Vila Meã, Maio 2017.
- (2) MALHEIRO, Miguel (coordenação, arquitetura), COSTA, Aníbal, (coordenador de relatório de inspeção e diagnóstico estrutural, estabilidade, águas e esgotos, drenagem e ventilação periférica), MARTINS, Alexandre (eletricidade, telecomunicações e intrusão), NUNES, José (património integrado e móvel) PINTO, Luís (levantamento arquitetónico) **Projeto para a Conservação Salvaguarda, Valorização e Ampliação da Igreja Paroquial de Gilmonde**, Portugal, Braga, Barcelos, Gilmonde, Novembro 2016.
- (3) UNESCO, “*Draft Medium Term Plan 1990-1995*” cit. por J. Jokilehto (Ed.) Definition of Cultural Heritage. References to Documents in History, 2005, pp. 4-5 [trad.].
- (4) CARTA DE VENEZA, **Carta Internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios**, Preâmbulo. 1964. <http://www.fmnf.pt/upload/cms/archive/cartavezeza1964.pdf>, acedido em 10.12.2017.
- (5) ICOMOS, **Documento de Nara sobre a autenticidade**, 1994, p. 3. https://www.culturante.pt/fotos/editor2/1994declaracao_de_nara_sobre_autenticidade-icomos.pdf, acedido em 10.12.2017.
- (6) CARTA DE VENEZA, 1964.
- (7) GONZÁLEZ MORENO-NAVARRO, A. **La Restauración objetiva (método SCCM de restauración monumental): memoria SPAL 1993-1998**. Barcelona: Diputación de Barcelona. Área de Cooperación. Servicio de Patrimonio Arquitectónico. Madrid: Cátedra, 1999, p. 38.
- (8) Decreto-lei nº 7/2001 de 8 de Setembro, Art.º 3º, ponto 2.